

USO INDISCRIMINADO DE PLANTAS MEDICINAIS COMO RECURSOS TERAPÊUTICOS: UMA REVISÃO

César Augusto Costa de Medeiros (1); José Jailson Lima Bezerra (2); Bruna Barbosa Maia da Silva (3); Fábila Rafaella Silva Alves (4)

(1, 3 e 4) *Graduandos em Farmácia. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: cesaracmcosta@gmail.com*

(2) *Mestrando em Produção Vegetal. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: josejailson.bezerra@hotmail.com*

Resumo: Ao longo dos anos, as plantas medicinais têm sido amplamente utilizadas pela humanidade para o tratamento de várias doenças. Muitos fatores, como o conhecimento empírico que é passado de geração para geração, contribuem para a utilização de produtos fitoterápicos sem levar em consideração os possíveis efeitos tóxicos que estas drogas podem causar à saúde. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar o risco da utilização indiscriminada de plantas medicinais pela população em geral. A presente pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da seleção de artigos em diferentes bases de dados (SciELO, LILACS, Pubmed e Google Acadêmico). Foram descartados artigos que não abordavam um conteúdo consistente e, principalmente, trabalhos que não se enquadravam nesta revisão de literatura. Verificou-se que a utilização de produtos naturais fabricados a partir de plantas é um assunto sério e que deve ser levado em consideração, visto que o uso indiscriminado destas drogas pode ocasionar sérios riscos à saúde do paciente. Assim, faz-se necessária a implantação de práticas comunicativas que visem informar a população em geral sobre o uso correto e seguro de plantas medicinais. Além disso, ressalta-se que métodos de fiscalização e biossegurança são importantes para evitar diversos problemas relacionados com a produção e comercialização de fitoterápicos.

Palavras-chave: Produtos naturais; Fitoterápicos; Conhecimentos empíricos; Riscos.

INTRODUÇÃO

Desde muito cedo as primeiras civilizações perceberam que algumas plantas continham princípios ativos que ao serem experimentados no combate a doenças, revelaram empiricamente o seu poder curativo. Dessa forma, o uso de plantas medicinais tem base na tradição familiar e tornou-se uma prática generalizada na medicina popular, que durante muito tempo foi o principal recurso terapêutico utilizado para tratar a saúde das pessoas. Essas práticas realizadas por meio de plantas medicinais podem ser eficazes, desde que o usuário tenha conhecimento prévio de sua finalidade, riscos e benefícios (BRASILEIRO et al., 2008; BADKE et al., 2011).

Muitos medicamentos à base de plantas conferem uma posição respeitável principalmente nos países em desenvolvimento, devido a disponibilidade do serviço de saúde ser escassa, porém, não se restringindo apenas a estes, visto que países desenvolvidos, mesmo

com o fácil acesso a medicina moderna, fazem uso destes produtos simplesmente devido à popularidade ou por razões históricas e culturais (AGRA et al., 2007). Algumas das indicações feitas por pessoas que tem o conhecimento de plantas medicinais condizem com a literatura, mas é importante levar em consideração também a identificação botânica, pois um mesmo nome popular pode incluir várias espécies, visto que a maioria das plantas se denomina pelo nome popular (SILVA e BÜNDCHEN, 2011).

Pesquisas revelam que a utilização de chás, tinturas e decoctos têm crescido significativamente, fazendo com que em alguns países os medicamentos de origem vegetal sejam retomados de forma crescente no tratamento e profilaxia de doenças, junto da medicina convencional. A grande preocupação atualmente é a respeito do uso indiscriminado desses fitoterápicos, visto que na maioria das vezes o conhecimento das propriedades medicinais da planta é passado por pessoas leigas, onde o indivíduo pode acabar subestimando o potencial da planta e usando-a de forma aleatória. Muitos dos fitoterápicos também não têm seu perfil tóxico bem definido, e um simples erro de dose, via de administração e finalidade, pode levar a sérios danos na saúde do indivíduo (FRANÇA et al., 2008; VEIGA-JUNIOR, 2008).

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar o risco da utilização indiscriminada de plantas medicinais pela população em geral, levando em consideração os principais distúrbios que a ingestão inadequada de produtos naturais pode ocasionar no organismo humano.

METODOLOGIA

A presente pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de consultas realizadas em diferentes bases de dados. As principais bases que serviram de apoio foram: SciELO, LILACS, Pubmed e Google Acadêmico. Este último se mostrou muito eficiente utilizando as seguintes palavras-chave: “produto natural”, “planta medicinal”, “medicina tradicional”, “fitoterápicos” e “toxicidade”. Os critérios de inclusão eram artigos publicados recentemente, de preferência entre os anos de 2008 e 2018, além de outros artigos relevantes sobre o tema estudado sem considerar a data de publicação. Em relação aos critérios de exclusão, foram descartados artigos que não abordavam um conteúdo consistente e, principalmente, artigos que não se enquadravam nesta revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Utilização de plantas medicinais como alternativas terapêuticas

Os medicamentos fitoterápicos são produtos obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas ativas vegetais. A utilização destes constitui, ainda nos tempos modernos, uma parcela significativa do arsenal terapêutico, porém, o uso de plantas que não apresentam um grau de eficácia e segurança comprovada ainda é grande por uma boa parcela da população, onde este fato pode ser justificado devido a grande confiabilidade que se depositam nos relatos que são transmitidos de geração para geração a respeito do potencial de cura do medicamento de origem natural, sem levar em conta a forma adequada de utilização (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Outro fator que pode causar a predisposição da utilização indiscriminada de produtos naturais, e que hoje em dia se torna cada vez mais comum, são as crescentes publicações em redes virtuais, fazendo propaganda do uso desses produtos apenas com o intuito de venda, além de propagarem a ideia de que tudo que é natural não faz mal. Em consequência disso, as pessoas que fazem uso dessa conduta podem estar expostas a situações como surgimento de reações adversas ou interações com outros medicamentos, e até mesmo intoxicações de vários níveis, podendo chegar até a morte (SILVA et al., 2010).

Segundo Silveira et al., (2008), a atenção dirigida pelas autoridades da saúde para o uso de plantas medicinais aumentou consideravelmente nos últimos tempos, nos mais distintos setores e por diferentes razões, onde a utilização inadequada desses produtos, mesmo de baixa toxicidade, pode levar a problemas graves devido a contraindicações ou uso intercalado com outros medicamentos.

Riscos inerentes ao uso de plantas medicinais e seus derivados

Existem diversas causas responsáveis pelo desencadeamento de intoxicações devido a utilização de plantas medicinais, como por exemplo: falta de conhecimento a respeito de condições de cultivo, associada à correta identificação farmacobotânica da planta,

informações insuficientes sobre reações adversas, esquema posológico, entre outras (NICOLETTI et al., 2007).

Além disso, é importante ressaltar que algumas plantas medicinais são providas de toxicidade devido a presença de um conteúdo farmacologicamente ativo, que acaba sendo tóxico ao organismo, principalmente quando são ingeridas a partir de conhecimentos empíricos, sem comprovações científicas adequadas (FRANÇA et al., 2008; SILVA et al., 2010). Segundo estudos feitos por Balbino e Dias (2010), alguns dos efeitos adversos também podem advir da contaminação por agrotóxicos, metais pesados e microrganismos.

Vários estudos têm comprovado que substâncias produzidas pelo vegetal com intuito de defender a espécie contra ataques de predadores, podem levar a formação de diversos metabólitos tóxicos. Exemplos dessas substâncias são glicosídeos cianogênicos, proteínas tóxicas como a ricina, alcalóides como a coniina, estriquina, entre outros. Além disso, um problema considerável é a dificuldade de distinguir reação adversa de eventos relacionados a má qualidade do fitoterápico, também relacionados a falta de um controle de qualidade eficaz (OLIVEIRA e LEHN, 2015; SCHENKEL et al., 2003).

Nicoletti et al., (2007) afirmam que plantas medicinais utilizadas na fabricação de medicamentos é um xenobiótico, isto é, um produto estranho ao organismo humano, nele introduzido com finalidades terapêuticas. Como todo corpo estranho, os produtos de sua biotransformação são potencialmente tóxicos, principalmente quando seu uso tradicional é modificado de forma aleatória, e assim devem ser encarados até comprovação contrária.

Quanto aos efeitos colaterais em decorrência do uso de plantas medicinais, são classificados como intrínsecos e extrínsecos, onde os intrínsecos incluem aqueles efeitos tóxicos já previamente conhecidos e de certa forma já previsíveis, enquanto que os extrínsecos caracterizam-se por problemas relacionados ao preparo e manipulação do produto natural. Visto que as reações adversas ou mesmo toxicidade dos medicamentos naturais são plausíveis de acontecimentos em casos de mau uso, algumas classes como idosos, crianças, lactantes e pacientes portadores de doenças crônicas acabam sendo mais vulneráveis a esses efeitos, tornando-se até fatais dependendo do estado de fragilidade do paciente. Para gestantes, as consequências podem ser ainda mais preocupantes, podendo incluir risco de aborto, alteração morfológica do feto, alterações hormonais, dentre outras. Esses efeitos

colaterais podem ser imediatos ou em longo prazo, fazendo com que o paciente não associe o problema à utilização do fitoterápico (SILVEIRA, 2007; CAMPESATO e FACHINNI, 2005).

Além dos efeitos colaterais supracitados, os mais preocupantes são os teratogênicos, abortivos e embriotóxicos, uma vez que os constituintes da planta podem atravessar a placenta. Acredita-se então, que a exposição à fitoterápicos durante a gravidez seja responsável por cerca 1% das malformações fetais. Embora essa porcentagem pareça ser pequena, em relação a números totais se torna bastante expressiva, e além disso, os estudos que envolvem observações das ações das drogas naturais sobre diversas fases do processo reprodutivo visa detectar os efeitos da fertilidade, transporte, embriogênese e organogênese, parto e recém-nascido. O risco teratogênico se expande por todo o período gestacional, no entanto é na fase de embriogênese que se torna maior, quando ocorrem à diferenciação tecidual e organogênese (RODRIGUES et al., 2011).

Minimização do risco quanto ao uso de plantas medicinais e seus derivados

Devido aos problemas associados ao uso de plantas medicinais de forma errônea, existe uma série de procedimentos preventivos que visam minimizar possíveis riscos à saúde dos usuários, bem como dos profissionais manipuladores e produtores. Silva (2017) afirma que a utilização de qualquer um desses produtos não dispensa o risco inerente à ausência de práticas norteadas pela biossegurança, e obriga a adesão de uma série de ações preventivas a fim de tentar minimizar ao máximo os riscos, onde se resguarda a obrigação de haverem normas e legislações específicas para utilização, manipulação e produção destes medicamentos, que estabelecem as boas práticas de fabricação, como a resolução sobre o registro de medicamentos fitoterápicos.

Dessa forma, entende-se que é necessário haver uma aproximação entre o saber tradicional e o científico, valorizando assim a cultura das comunidades. Sabendo-se disso, o ministério da saúde divulgou uma relação de plantas medicinais, onde estão presentes diversas espécies usadas a partir dos saberes populares que tem comprovação científica, com o objetivo de orientar a população a respeito do conhecimento adequado da utilização destes produtos, com segurança e eficácia (BADKE et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de produtos naturais fabricados a partir de plantas é um assunto sério e que deve ser levado em consideração, visto que o uso indiscriminado destas drogas pode ocasionar sérios riscos à saúde do paciente. Assim, faz-se necessária a implantação de práticas comunicativas que visem informar a população em geral sobre o uso correto e seguro de plantas medicinais. Além disso, ressalta-se que métodos de fiscalização e biossegurança são importantes para evitar diversos problemas relacionados com a produção e comercialização de fitoterápicos.

REFERÊNCIAS

AGRA, M. F.; FREITAS, P. F.; BARBOSA-FILHO, J. M. Synopsis of the plants known as medicinal and poisonous in Northeast of Brazil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 17, n. 1, p. 114-140, 2007.

BADKE, M. R.; BUDÓ, M. D. L. D.; SILVA, F. M.; RESSEL, L. B. Plantas medicinais: o saber sustentado na prática do cotidiano popular. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 15, n. 1, p. 132-139, 2011.

BADKE, M. R.; BUDÓ, M. D. L. D.; ALVIM, N. A. T.; ZANETTI, G. D.; HEISLER, E. V. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto & contexto enfermagem**, v. 21, n. 2, 2012.

BALBINO, E. E.; DIAS, M. F. Farmacovigilância: um passo em direção ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 20, n. 6, p. 992-1000, 2010.

BRASILEIRO, B. G.; PIZZIOLLO, V. R.; MATOS, D. S.; GERMANO, A. M.; JAMAL, C. M. Plantas medicinais utilizadas pela população atendida no " Programa de Saúde da Família", Governador Valadares, MG, Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 44, n. 4, p. 629-636, 2008.

CAMPESATO, V. R.; FACHINNI, L. S. **Uso de plantas medicinais durante a gravidez e risco para malformações congênitas**. Tese (Doutorado em Genética e Biologia Molecular). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 138p. 2005.

FRANÇA, I. S. X. D.; SOUZA, J. A., BATISTA, R. S.; BRITO, V. R. D. S. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 61, n. 2, 2008.

MACIEL, M. A. M.; PINTO, A. C.; VEIGA, J. V.; GRYNBERG, N. F.; ECHEVARRIA, A. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Química nova**, v. 25, n. 3, p. 429-438, 2002.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Secretaria de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução RDC nº 14, de 31 de março de 2010. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Seção 1, nº 63, p. 85. 5 abr 2010.

NICOLETTI, M. A.; OLIVEIRA-JÚNIOR, M. A.; BERTASSO, C. C.; CAPOROSSI, P. Y.; TAVARES, A. P. L. Principais interações no uso de medicamentos fitoterápicos. **Infarma**, v. 19, n. 1/2, p. 32-40, 2007.

OLIVEIRA, F. G. S.; LEHN, C. R. Riscos e Perspectivas na Utilização de Fitoterápicos no Brasil. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 3, n. 4, p. 35-44, 2015.

RODRIGUES, H. G.; MEIRELES, C. G.; LIMA, J. T. S.; TOLEDO, G. P.; CARDOSO, J. L.; GOMES, S. L. Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. **Revista brasileira de plantas medicinais**, v. 13, n. 3, p. 359-366, 2011.

SCHENKEL, E. P.; GOSMANN, G.; PETROVICK, P. R. Produtos de origem vegetal e o desenvolvimento de medicamentos. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**, v. 5, p. 371-400, 2003.

SILVA, J. A.; BÜNDCHEN, M. Conhecimento etnobotânico sobre as plantas medicinais utilizadas pela comunidade do Bairro Cidade Alta, município de Videira, Santa Catarina, Brasil. **Unoesc & Ciência-ACBS**, v. 2, n. 2, p. 129-140, 2011.

SILVA, M. Riscos da não observação dos critérios de biossegurança na produção e utilização de fitoterápicos: Uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, v. 18, n. 2, p. 118-122, 2017.

SILVEIRA, P. F.; BANDEIRA, M. A. M.; ARRAIS, P. S. D. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, n. 4, p. 618-626, 2008.

SILVEIRA, P. F. **Perfil de Utilização e Monitorização de Reações Adversas a Fitoterápicos do Programa Farmácia Viva em uma Unidade Básica de Saúde de Fortaleza-CE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 141 p. 2007.

VEIGA-JUNIOR, V. F. Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. **Rev bras farmacogn**, v. 18, n. 2, p. 308-13, 2008.